

## mercado

## Ódio e revoltas, coleção de verão

Novo vexame do Supremo se soma a outros motivos de fúria contra 'tudo isso aí'

Vinicius Torres Freire

Jornalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

Depois de dois meses de relativa calma depressiva ou de exaustão amarga, o país volta ao transe de ódio. Como se fosse possível, o establishment se desmoraliza ainda mais, dando novos motivos à revolta que levou Jair Bolsonaro ao Planalto.

A política doente do Brasil produz dejetos tais como a ideia de que bastam um cabo e um soldado para fechar o Supremo. Essa obra do novo pensamento político nacional, de autoria de um Bolsonaro júnior, serviu de mote para os

protestos contra a liminar de Marco Aurélio Mello. O ministro do Supremo mandara soltar presos condenados em segunda instância, o que em tese beneficiaria Lula da Silva.

Na tarde desta quarta-feira (19), a expressão ("hashtag") #umcaboemsoldado estava entre as mais populares do Twitter. Não vem ao caso que a liminar logo viesse a cair. O lixo tóxico escorria pelas ruas insidáveis e desaguava no valão da democracia brasileira, outra vez em época de

cheia graças também aos Poderes da República.

Não se trata aqui apenas dessa decisão à matroca de libertar talvez uns 169 mil presidiários de periculosidade incerta e não sabida, um resultado possível da liminar aureliana, agora a baderna jurídica.

Além disso, há muitas notícias de que a roubalheira continua, inclusive no entorno dos recém-eleitos.

O Congresso explode pautas-bomba, que em geral passam despercebidas pelo povo comum, que não entende de

contas públicas, mas estoura de raiva e desprezo por graças como o reajuste dos ministros do Supremo e de altos servidores.

Essa autodestruição continua, alienada ou mesmo lunática legítima tanto o protesto quanto os instintos mais primitivos de quem votou contra o establishment, contra as instituições apodrecidas, contra "o sistema" e "tudo isso aí". Talvez agregue mais revoltosos.

Para piorar, motivos outros de revolta não vão faltar em 2019. A julgar pelos planos eco-

nômicos de Bolsonaro, haverá reformas para todos os desgostos.

Virá uma impopular reforma da Previdência (se não vier, a economia permanecerá estagnada ou regredirá, o que também será revoltante). Não haverá aumento de carga tributária, mas pode bem ser que pequenos e médios empresários e a classe média altíssima paguem mais impostos.

Haverá medidas contra servidores, o Sistema S, empresas industriais, estatais, leis trabalhistas, talvez contra o salário mínimo. Etc.

Por vezes, mesmo passando por maus bocados, sociedades permanecem estranhamente beneficiadas, do mesmo modo que explodem de modo surpreendente (junho de 2013). Noutras situações, diversionismos servem de atenuante de tormentos: caças a degenerados e impuros em ge-

ral, bruxas, corruptos, imorais, abortistas, intelectuais, globalistas ou estrangeiros. Ou, talvez, parte significativa da população se beneficie do regime, o bastante para oprimir e manter sob controle a parcela mais esfolada.

Temos riscos espalhados de revolta adiante, muita raiva justa ou doída a ser satisfeita, o que reforça a conversa do presidente eleito.

O establishment não se importa de causar cada vez mais repulsa. Os planos de mudança econômica causarão alguma dor; as reformas conservadoras de Bolsonaro serão socialmente divisivas.

Não, não é previsto de tumulto, resalte-se. Um bom resultado econômico pode atenuar a fúria. O problema é que, faz mais de cinco anos, o país se dedica a multiplicar riscos de desastre.

viniciustorres@grupofolha.com.br

## Mineradoras querem 25% de terras indígenas

Área equivale aos estados de SP e Rio; analistas esperam que Bolsonaro crie legislação que permita a exploração

Tais Hirata

SÃO PAULO Um quarto de todas as terras indígenas na Amazônia Legal já é alvo de pedidos de pesquisa e exploração por parte de mineradoras.

No total, há 6.871 requerimentos abertos pelas companhias, que somam 29,8 milhões de hectares — o equivalente à soma dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

Os dados, de 2018, foram or-

ganizados pelo ISA (Instituto Socioambiental), com informações da ANM (Agência Nacional de Mineração).

A maioria dos pedidos não passou da fase inicial, em que a empresa pede autorização para pesquisar o território.

Após essa etapa, a empresa ainda precisa apresentar um relatório ao governo sobre os recursos encontrados. Só então a empresa entra com o pedido de lavra, que, se liberado,

garante a exploração.

Hoje, a mineração dentro de terras indígenas não é permitida. Por isso, são raros os processos que avançam.

A atividade está prevista na Constituição, que autoriza a exploração nesses territórios com a condição de que o Congresso dê aval e as comunidades sejam ouvidas e tenham participação nos resultados.

No entanto, falta aprovar uma lei que regulamente o

tema. Desde 1988, já houve ao menos sete projetos de lei — nenhum avançou, o que trava até hoje a exploração.

O volume alto de pedidos nas regiões já mostra que o interesse comercial é forte, diz Fany Ricardo, responsável pelo tema povos indígenas no ISA. "Assim que for liberada, já haverá uma fila enorme de requerimentos abertos."

Organizações ambientais temem que a liberação acelere o desmatamento.

No entanto, diz Ricardo, a regulamentação trará normas à atividade, que hoje ocorre em boa parte da região de forma ilegal e danosa por garimpeiros. "Com a lei, haverá regras ambientais e cobrança de impostos", afirma.

A empresa com mais requerimentos abertos (em termos de área solicitada) é o grupo Santa Elina. Em seguida, vêm a Anglo American e a Vale.

Porém, a validade desses pedidos também deverá ser alvo de debate pelo Congresso Nacional, quando a regulamentação for discutida.

Procuradas, as empresas não se manifestaram. O Ibram (Instituto Brasileiro de Mineração), associação do setor, disse não ter posicionamento sobre o assunto.

"[A regulação] está parada há muitos anos. Se o assunto vier a ser motivo de proposição legal, por parte do governo, por exemplo, o Ibram poderá avaliar internamente", disse a entidade, em nota.

Para consultores e advogados ouvidos pela reportagem, há uma grande expectativa por parte das empresas de que a pauta avance — principalmente no governo Jair Bolsonaro (PSL).

O presidente eleito tem sinalizado a intenção de liberar a mineração dentro de terras indígenas e, nesta semana, defendeu a exploração "de forma racional" da reserva indígena Raposo Serra do Sol (RR).

"É um assunto delicado. É normal não ver empresas pleitearem ativamente a liberação, mas é claro que é importante. Seriam novas áreas para exploração, ficas em minerais nobres", afirma Bruno Werneck, sócio do Mattos Filho.

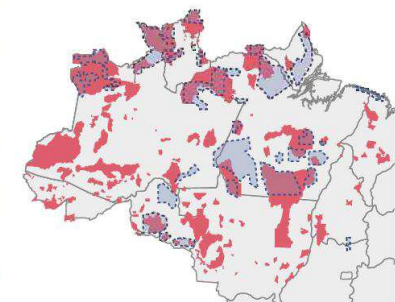
Apesar do otimismo, ele diz que há outras questões estruturais que dificultam a exploração. "Mesmo com a regulação, ainda será preciso passar pelas licenças ambientais, que são difíceis de obter."

Para Ricardo Marques, sócio-diretor de mineração da KPMG no Brasil, também falta uma sinalização mais clara por parte do governo Bolsonaro sobre quais medidas tomará no setor. "Ainda não se sabe qual o plano do governo."

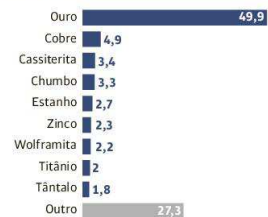
## Reservas indígenas na Amazônia Legal guardam áreas com forte potencial de mineração

Mineradoras têm centenas de pedidos para explorar minerais em terras indígenas

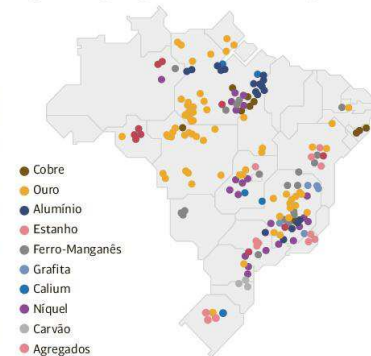
■ Terras indígenas ■ Requerimentos minerais



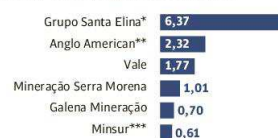
## Principais substâncias requeridas, em %



## Algumas das principais reservas minerais do país



## Principais empresas requerentes, por área em terras indígenas, em hectares



\*Inclui Mineração Silvana, Rio Grande, Acará e Tarauacá

\*\*Inclui Mineração Itamaracá e Tanagra

\*\*\*Inclui Mineração Mamoré e Taboca

Fontes: ISA (Instituto Socioambiental), Agência Nacional de Mineração e Ibram



## NOTA DE FALECIMENTO

## IRECÊ DE AZEVEDO MARQUES TRENCH

UM VISIONÁRIO DO MEIO JURÍDICO

O escritório de advocacia Trench Rossi Watanabe, representado por seus sócios, associados e colaboradores, vem a público expressar profundo pesar e manifestar condolências à família de um de seus sócios fundadores, Irecê de Azevedo Marques Trench, em decorrência de seu falecimento, aos 87 anos, na manhã de 19 de dezembro de 2018.

Com quase 40 anos de carreira, Irecê Trench capitaneou a história de um dos escritórios mais representativos do país. Em 2019, Trench Rossi Watanabe completa 60 anos de fundação, valorizando não apenas seus títulos e grande conhecimento na área jurídica, como também as relações humanas, pilares que estão no DNA do escritório e empregados em grande parte por empenho de seu saudoso sócio.

Ao lado de outros advogados, fez parte da primeira geração de sócios da banca, que defendia um olhar visionário para a época, com especialidades multidisciplinares relacionadas ao mundo empresarial. Esse conceito ganharia, mais tarde, o nome de *full service*, que hoje é um dos principais diferenciais do escritório.

Além de ser um dos fundadores do Centro de Estudos das Sociedades de Advogados (Cesa), Irecê Trench também contribuiu com vários trabalhos e palestras, sobretudo no campo do direito societário, contratual, comercial e tributário.

Perdemos uma grande referência no desenvolvimento do campo jurídico e um valioso amigo de trabalho no Trench Rossi Watanabe. Somos gratos pelo tempo de convivência e aprendizado ao lado de Irecê Trench.

Trench Rossi Watanabe

